

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

**Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Relatório dos Auditores Independentes.**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Índice

	Página
Relatório dos Auditores Independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	10

Relatório dos auditores independentes

Aos:
Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
São Paulo – SP

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150
www.grantthornton.com.br

Examinamos as demonstrações contábeis da Tijóá Participações e Investimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tijoá Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº. 18 e 20, em setembro de 2015 a CESP - Companhia Energética de São Paulo repassou para a Companhia o montante de R\$ 8.782 mil referente a indenização líquida de seguro, em decorrência do sinistro ocorrido na Unidade Geradora n.º.5 – UG 5 da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. A Companhia considerou essa indenização como não tributável e efetuou uma consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, visando ratificar a sua decisão. Diante dessa incerteza, não foram apurados o PIS - Programa de Integração Social, a COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre aquele montante. Nossa opinião não ressalvada com relação a este assunto.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016.



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Tijoá Participação e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.807	4.419
Aplicação financeira - Vinculada	5	9.084	-
Contas a receber	6	10.143	8.535
Impostos a recuperar	7	1.311	1.231
Partes relacionadas	12	-	38
Outros créditos	8	1.089	559
Total do ativo circulante		<u>23.434</u>	<u>14.782</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	9	3.982	-
Intangível	9	1.076	-
		<u>5.058</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante		<u>5.058</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u><u>28.492</u></u>	<u><u>14.782</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante			
Fornecedores	10	1.060	1.907
Encargos do Setor	11	6.266	6.226
Partes relacionadas	12	4.078	1.599
Salários e encargos sociais a recolher		739	50
Impostos e contribuições a recolher	13	1.522	2.335
Outras obrigações		67	337
Total do passivo circulante		13.732	12.454
Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital			
Capital social	14.1	11.301	1
Reservas de lucros	14.3	3.459	1.027
		14.760	1.028
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.2	-	1.300
		14.760	2.328
Total do passivo e patrimônio líquido		28.492	14.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita líquida de prestação de serviços	15	86.638	19.529
Custo dos serviços prestados	16	(69.984)	(16.275)
Lucro bruto		----- 16.654	----- 3.254
Despesas gerais e administrativas	17	(5.584)	(1.209)
Outras receitas e despesas, líquidas	18	8.782	99
Lucro antes do resultado financeiro		----- 19.852	----- 2.144
Despesas financeiras	19	(214)	(381)
Receitas financeiras	19	1.696	17
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		----- 21.334	----- 1.780
Despesa de IRPJ e CSLL	20	(4.238)	(368)
Lucro líquido do exercício		----- <u>17.096</u>	----- <u>1.412</u>
Lucro por ação - R\$		----- <u>1,51</u>	----- <u>1.411,93</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros / Prejuízos Acumulados			
Em 31 de dezembro de 2013		1	-	-	(50)	(49)	-	(49)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.2	-	-	-	-	-	1.300	1.300
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.412	1.412	-	1.412
Destinação de reservas	14.3	-	71	956	(1.027)	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	(335)	(335)	-	(335)
								-
Em 31 de dezembro de 2014		1	71	956	-	1.028	1.300	2.328
Aumento de capital	14.1	11.300	-	-	-	11.300	(1.300)	10.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.096	17.096	-	17.096
Constituição de reservas	14.3	-	855	2.533	(3.388)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	(956)	(13.708)	(14.664)	-	(14.664)
Em 31 de dezembro de 2015		11.301	926	2.533	-	14.760	-	14.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	21.334	1.780
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ (consumido) nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	165	-
Resultado ajustado	<u>21.499</u>	<u>1.780</u>
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos		
Contas a receber	(1.608)	(8.535)
Partes relacionadas (ativo)	38	(38)
Impostos a recuperar	(80)	(1.231)
Outros créditos	(530)	(559)
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos		
Fornecedores	(847)	1.899
Encargos do Setor	40	6.226
Partes relacionadas	2.479	1.140
Salários e encargos sociais a recolher	689	50
Impostos e contribuições a recolher	(670)	2.335
Outras obrigações	65	51
Impostos e contribuições pagos	(4.381)	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>16.694</u>	<u>3.118</u>
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(5.223)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.300
Aumento de capital	10.000	-
Dividendos pagos	(14.999)	-
Aplicação financeira vinculada	(9.084)	-
Caixa gerado nas atividades de investimento	<u>(19.306)</u>	<u>1.300</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.612)</u>	<u>4.418</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.419	1
No final do exercício	1.807	4.419
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.612)</u>	<u>4.418</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de setembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em de 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a perceber receita a partir de outubro de 2014.

Os investimentos realizados pela Concessionária, seja de ampliação ou melhoria, serão avaliados e incorporados à RAG no processo de revisão tarifária subsequente.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Data de aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas e autorizadas para emissão final pela Diretoria em 25 de janeiro de 2016.

2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota explicativa nº6.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 30 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

c) **Tributação sobre a renda**

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica:** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

d) **Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Ativos financeiros ao custo amortizado**

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

d.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, encargos do setor e outras obrigações.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

g) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direito de uso de *software*

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

i) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do exercício correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos	68	33
Aplicações Financeiras	1.739	4.386
	1.807	4.419

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras estão representadas por Operações Compromissadas e remuneradas a taxas que variam entre 101,50% a 101,80% do (CDI) Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações eram mantidas em Fundo de Curto Prazo, remuneradas a taxa de 5,9% ao ano. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco.

5. Aplicação financeira - Vinculada

	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações Financeiras	9.084	-
	9.084	-

No terceiro trimestre de 2015, a Companhia recebeu o montante de R\$ 8.782 a título de repasse de indenização de seguro (vide Nota explicativa nº. 18) para recuperação da unidade geradora nº 05 (“UG-05”). O valor está aplicado em Operações Compromissadas e remuneradas ao equivalente a 101,30% do CDI (Certificado de Depósito Bancário), e será utilizado exclusivamente nos gastos necessários ao reparo. Dessa forma, essa aplicação financeira não foi considerada pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalente de caixa”.

6. Contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber – Terceiros (i)	540	501
Suprimento de Energia – CCGF (ii)	9.603	8.034
	10.143	8.535

- (i) Montante a receber referente ao contrato 867/2014-DAQ/DNIT, firmado em outubro de 2014.
- (ii) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, e faturadas conforme CCGF-Contrato de Cotas de Garantia Física.

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	10.143	8.535
	10.143	8.535

A Companhia tem como procedimento efetuar a provisão para perda do valor recuperável, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não foi constituída a referida provisão, pois não havia expectativa de perdas.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF S/ Aplic Financeiras	100	2
Impostos a Recuperar LEI 10.833	30	17
IRRF a Recuperar	-	9
INSS a Recuperar	237	69
PIS a Recuperar Não Cumulativo (i)	73	194
COFINS a Recup Não Cumulativo (i)	335	891
CSRF a Recuperar (4,65%)	-	29
ISS a Compensar	9	20
IRPJ - Estimativa	446	-
CSLL - Estimativa	81	-
	1.311	1.231

- (i) Os créditos referem-se ao inciso II do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não cumulativo.

8. Outros créditos

	31/12/2015	31/12/2014
Seguros	999	542
Carta fiança	34	-
Adiantamento fornecedores	56	17
	1.089	559

9. Imobilizado e intangível

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em Curso a Ratear	Reservatórios barragens e adutoras	Imobilizado	Licenças de uso e Software	Intangível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	859	269	13	2.121	767	4.029	1.194	1.194	5.223
Depreciação	(24)	(23)	-	-	-	(47)	-	-	(47)
Amortização	-	-	-	-	-	-	(118)	(118)	(118)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	835	246	13	2.121	767	3.982	1.076	1.076	5.058
Taxa de depreciação %	17%	16%	6%	-	2%	-	20%	-	-

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação e amortização são calculadas de forma linear de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

10. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores - Terceiros	1.060	1.907
	1.060	1.907

A conta de fornecedores é composta principalmente por saldos a pagar de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza.

11. Encargos do setor

	31/12/2015	31/12/2014
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	564	168
TFSEE - Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	18	-
CFURH – Compen. Finan. pela Utilização de Recurs. Hídricos	1.308	1.191
TUST – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	4.376	4.867
	6.266	6.226

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 9.991/2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólicas, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº. 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

12. Partes relacionadas

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.	-	7	(193)	-	1.239	(1.237)
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	352	(3.739)	-	360	(825)
CSE - Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	3.719	(8.413)	38	-	-
	-	4.078	(12.345)	38	1.599	(2.062)

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício/ período, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Especificamente, com relação a CSE, o impacto no resultado está registrado principalmente na natureza de custo de operação.

13. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF PJ Retido de Terceiros	39	56
Pis, Cofins e CSLL Retido de Terceiros	115	8
INSS Retido de Terceiros	63	411
ISS Retido de Terceiros	20	112
IRPJ a Recolher	-	144
CSLL a Recolher	-	52
PIS a Recolher	226	273
COFINS a Recolher	1.041	1.259
ISS a Recolher	18	20
	1.522	2.335

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia era de R\$1.000 (um mil reais) dividido em 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 30 de abril de 2015, o capital social foi aumentado em R\$11.300.000 (onze milhões e trezentos mil reais) mediante capitalização do AFAC de R\$1.300.000 (um milhão e trezentos reais) e aporte de capital de R\$10.000.000 (dez milhões de reais). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015 o capital social é de R\$ 11.301.000,00 (onze milhões, trezentos e um mil reais), dividido em 11.301.000 (onze milhões trezentos e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada (em reais):

	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de Investimento em Participações Constantinopla	5.661.801	501
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.639.199	499
	11.301.000	1.000

14.2. AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital

O AFAC está assim representado:

	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de Investimento em Participações Constantinopla	-	651
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	649
	-	1.300

14.3. Reserva de lucros

	31/12/2015	31/12/2014
Reserva de retenção de lucros	2.533	956
Reserva legal	926	71
Total Reserva de Lucros	3.459	1.027

14.4. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	17.096	1.412
(-) Constituição da reserva legal - 5%	(855)	(71)
	16.241	1.341
(-) Dividendos Propostos/pagos	(13.708)	335
Total de dividendos	(13.708)	335

Os dividendos pagos no exercício foram aprovados para distribuição aos sócios na Assembleia Geral Extraordinária - AGE do dia 05 de novembro de 2015.

15. Receita líquida de vendas e prestação de serviço

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas (ou serviços)	104.770	21.755
(-) Deduções da receita (impostos sobre vendas)		
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(7.963)	(1.633)
PIS - Programa de Integração Social	(1.729)	(359)
ISS - Imposto Sobre Serviço	(94)	(19)
(-) Encargos setoriais - P&D/CFURH	(8.346)	(195)
(-) Total deduções da receita operacional	(18.132)	(2.226)
Receita operacional líquida	86.638	19.529

16. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/12/2015	31/12/2014
Custo Serviços de terceiros	(20.268)	(4.566)
Custo com Pessoal	(3.448)	(103)
Custos com Encargos do Setor	(45.526)	(11.463)
Seguros	(742)	(143)
	(69.984)	(16.275)

17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal e encargos	(666)	(10)
Honorários da administração e encargos	(1.237)	(392)
Serviços de Terceiros	(3.328)	(556)
Outros	(353)	(251)
	(5.584)	(1.209)

Os honorários da administração apresentados acima, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2015 no montante de até R\$ 1.800.

18. Outras receitas (despesas) - Líquidas

	31/12/2015	31/12/2014
Outras receitas	8.782	99
	8.782	99

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos, cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá, tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo – CESP. Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na unidade geradora nº 05 (“UG-05”) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade. Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Desta forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Desta forma, após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização líquida para a Tijoá (R\$8.782), cujo valor será totalmente utilizado para custear parte dos gastos necessários ao reparo da UG-05.

19. Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receita financeira:		
Rendimento de aplicação financeira	1.696	17
	1.696	17
Despesa financeira:		
Comissões e Despesas Bancárias	(142)	(367)
Outros juros, multas e atualizações	(72)	(14)
	(214)	(381)
Resultado financeiro	1.482	(364)

20. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12//2015		31/12//2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	21.334	21.334	1.780	1.780
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota nominal	(5.334)	(1.920)	(446)	(160)
Diferença permanente				
Indenização de seguro (a)	2.196	790	-	-
Exclusão(adições) exercícios anteriores (b)	(157)	(56)	157	56
Incentivos fiscais (c)	175	-	-	-
Outros (d)	24	-	24	-
Diferença temporária	44	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(3.052)	(1.186)	(265)	(104)
Alíquota efetiva	14%	6%	15%	6%

- (a) Exclusão efetuada em decorrência do reconhecimento do recebimento do repasse de seguro de indenização de seguro, o valor será totalmente reinvestido na recuperação do bem danificado conforme citado na Nota explicativa nº. 18. A Companhia encaminhou consulta a Receita Federal em novembro de 2015 e aguarda resposta. Nesta consulta foram apresentadas decisões evidenciando que não se sujeitam à incidência do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS as indenizações pagas ou creditadas destinadas a reparar danos patrimoniais, uma vez que não há evidência de acréscimo patrimonial e a indenização permitirá apenas a reposição de parte do bem sinistrado. Tal posicionamento, nos leva a concluir que a indenização reparatória de danos patrimoniais não é receita nem rendimento, conseqüentemente não tem incidência dos referidos tributos.
- (b) Adição realizada em 2015 referente a exclusão do exercício de 2014, os valores correspondem as provisões de receita do contrato 867/2014 –DAQ/DNIT;
- (c) Incentivos fiscais concedidos a Lei Rounet, Lei do Esporte, Fundo da Infância e Adolescência, Lei do Idoso, PRONON e PRONAS;
- (d) Parcela Isenta do Adicional de Imposto de Renda.

21. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

22. Seguros

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2016	20.000	52
Riscos operacionais	07/11/2016	653.000	996
Veículos	25/05/2016 e 01/12/201	314	11

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *